

TERMO DE REFERÊNCIA | VERSÃO 12.2023.1

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS:

- a) Número do processo: **2023/526462**
b) Número da requisição: **2023/002865**

2. DO OBJETO:

- a) Objeto: **Contratação de empresa, operadora ou cooperativa, com registro na ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, especializada na prestação de serviços regulares e continuados na área de assistência médica.**
b) Unidade Requisitante: Divisão de Recursos Humanos
c) Fonte de recursos para 2023: Programa de Trabalho 17.122.0006.2427–ENCARGOS GERAIS DA AUTARQUIA-Código Orçamentário 3.3.90.39–Outros Serviços de Terceiros –Pessoa Jurídica.
d) Valor estimado da contratação: Será custeado via desconto em folha, integralmente pelos servidores que por livre espontânea vontade aderirem, sendo a mensalidade estimada no valor unitário de: R\$ 386,04 (trezentos e oitenta e seis reais e quatro centavos) mais as coparticipações.
e) Prazo de vigência do contrato: 12 (doze) meses, contados da data de emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, dentro do limite previsto no artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. DO PROCEDIMENTO:

- a) Licitação: Pregão sob a forma Eletrônica;
b) Critério de julgamento: menor preço por item;
c) Base de disputa: preço unitário do item (mensalidade independente da faixa etária)

4. DA PROPOSTA:

- a) Prazo de validade: 90 (noventa) dias.
b) Prazo de pagamento: O faturamento deverá ser feito até o dia 10 (dez) do mês subsequente e, o pagamento será efetuado no último dia útil do mês, por crédito em conta corrente em nome da CONTRATADA.
c) Deverá ser especificado na proposta o **valor da mensalidade unitário** expresso em moeda corrente nacional.
d) O **preço médio da mensalidade**, independente da faixa etária, é de **R\$ 386,04 (trezentos e oitenta e seis reais e quatro centavos)**. Fonte: 03 (três) cotações extraídas do segmento, conforme documentos juntados ao processo.
e) Deverão ser apresentados os anexos, contendo os **valores de coparticipação e Lista de rede credenciada**.

ANEXO I - PROPOSTA com especificações e quantidades:

Item	Quant.	Unid.	Descritivo	Valor da Mensalidade (R\$)
01	01	Serv	Mensalidade independente da faixa etária	

ANEXO II – VALORES DE COPARTICIPAÇÃO

Não serão aceitas propostas com valores superiores ao preço médio de coparticipação, fixado por este termo de referência:

Item	Especificações	Fator Moderador	Valor unitário
01	2º via de cartão/credencial atendimento	-----	R\$ 22,50
02	Consulta médica eletiva	-----	R\$ 25,00
03	Exames clínicos básicos	30 %	Limitado à R\$ 100,00
04	Exames clínicos especiais	30 %	Limitado à R\$ 100,00
05	Oxigenioterapia hiperbárica	30 %	Limitado à R\$ 100,00
06	Internações Psiquiátricas, após 30º dia de internação	50 %	Limitado à R\$ 100,00
07	Acupuntura por aplicação	30 %	Limitado à R\$ 100,00

ANEXO III – LISTA DE REDE CREDENCIADA

Os licitantes deverão apresentar uma LISTA COM A REDE CREDENCIADA, conforme exigências mínimas deste Termo de Referência, sob a pena de desclassificação.

- a) A lista deverá conter a razão social ou nome fantasia (se houver) e localização das redes credenciadas, assim como localização, nomes dos profissionais já credenciados e ativos e seus respectivos registros no Conselho.
- b) A rede hospitalar e de especialidades devem atender, no mínimo, os seguintes requisitos quantitativos:

REDE / SERVIÇO	QUANTIDADE	Observações
HOSPITAIS MÉDIA E/OU ALTA COMPLEXIDADE	Mínimo 01 situado no Município de Piracicaba	
Unidade de Pronto Atendimento / Pronto-Socorro	Mínimo 01 situado no Município de Piracicaba	
Unidade de Terapia Intensiva	Mínimo de 01 situado no Município de Piracicaba.	
Laboratórios de análises Clínicas	Mínimo de 02 situados no Município de Piracicaba	
Clínicas para Exames de Imagem e auxiliares Diagnóstico	Mínimo de 02 situados no Município de Piracicaba	Como: radiologia, ultrassonografia, (inclusive gestacional), tomografia, ressonância magnética, mamografia, fisiológico, patológico, anatomia, cintilograma, densitometria óssea, ecocardiograma, endoscopia, colonoscopia, eletrocardiograma, eletroencefalograma, testes ergométricos, testes funcionais, gestacional
Especialidades da Atenção Básica	Mínimo 05 profissionais para cada especialidade em Piracicaba	Especialidades como: clínica geral, clínica médica, pediatria, ginecologia e obstetrícia.
Especialidade de média e alta complexidade	Mínimo de 05 profissionais para cada especialidade em Piracicaba	Especialidades como: cardiologia, dermatologia, endocrinologia, pneumologia, otorrinolaringologia, gastroenterologia, oncologia, ortopedia e traumatologia, oftalmologia e urologia.
Especialidade de média e alta complexidade	Mínimo de 05 profissionais para cada especialidade em Piracicaba	Especialidades como: anestesiologia, geriatria, infectologia, Neurologia, psicologia, psiquiatria, fisioterapia, nutricionista e fonoaudiologia.
Especialidade de média e alta Complexidade	Mínimo de 05 profissionais para cada especialidade em Piracicaba	Cirurgias: Geral, do Aparelho Digestivo, Torácica, Pediátrica, Plástica reparadora, Vascular, Ortopédica, buco-maxilo-facial, Neurocirurgia.
Especialidade de média e alta Complexidade	Mínimo de 05 profissionais para cada especialidade em Piracicaba	Especialidades como: alergia e imunologia, angiologia, hematologia, mastologia, homeopatia, reumatologia, nefrologia, proctologia, medicina do trabalho.

A abrangência geográfica de atendimento será a cidade de Piracicaba/SP, definida em razão da maior disponibilidade de transporte e da imensa maioria de servidores residentes no Município.

5. DESCRITIVO TÉCNICO:

A descrição técnica encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares e no anexo IV do presente Termo de Referência.

6. DA SUBCONTRATAÇÃO:

- a) **É vedada a subcontratação da parcela principal do objeto** da contratação, a qual consiste em: rede assistencial **para serviços hospitalares, pronto atendimento e internação.**
- b) A subcontratação poderá ser admitida referente aos demais serviços.

7. EXIGÊNCIA PARA HABILITAÇÃO:

a) HABILITAÇÃO JURÍDICA

1. Registro Comercial, no caso de empresa individual; **ou** Ato constitutivo (Estatuto ou Contrato Social em vigor), devidamente registrado no Órgão competente, acompanhado de documento comprobatório da eleição dos atuais administradores; **ou** Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de Sociedades Simples, acompanhada de prova de designação da diretoria em exercício.

b) REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- 1. Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), do Ministério da Fazenda.
- 2. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com Efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
- 3. Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos com a Fazenda Municipal de débito, relativa à sede ou do domicílio do licitante, com relação aos tributos mobiliários (ISS);
- 4. Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- 5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

c) QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 1. Certidão negativa de **falência e concordata, recuperação judicial ou extrajudicial** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 180 (cento e oitenta) dias, da data limite para o recebimento das propostas da presente licitação.
- 1.1. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

d) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 1. Atestado(s) de comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta requisição, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento satisfatório de objeto similar ao desta licitação.
- 2. Apresentar uma declaração de que possui e irá apresentar na assinatura do contrato, o corpo clínico/guia médico vigente nos quadros da licitante com atuação na cidade de Piracicaba/SP, para que a Autarquia possa diligenciar os profissionais da área de medicina (nas mais diversas especialidades), clínicas ou hospitais credenciados e apresentados como disponíveis para prestação dos serviços aos futuros usuários.
- 3. Declaração de que possui Autorização de funcionamento para operadoras de planos privados de saúde expedido pela ANS em vigor e que se compromete a apresentar no momento da assinatura do contrato.
- 4. Apresentar declaração de que se vencedora irá comprovar a GARANTIA DE ATENDIMENTO da Licitante está dentro da faixa de 0 – 1, de acordo com a Instrução Normativa da DIPRO nº 38. - Dispõem sobre o acompanhamento e avaliação da garantia de atendimento dos beneficiários pelas operadoras de planos de assistência à saúde, para o último trimestre. (<https://www.gov.br/ans/pt-br/assuntos/informacoes-e-avaliacoes-de-operadoras/monitoramento-de-garantia-de-atendimento>)

8. DOS PAGAMENTOS

- a) A contratada deverá fornecer mensalmente, até o dia 10 (dez) de cada mês, relatório detalhado em mensalidade e coparticipações, em layout a ser definido pela CONTRATANTE, para inclusão do desconto em folha de pagamento.
- b) A contratada deverá fornecer mensalmente as notas fiscais em nome do Serviço Municipal de Água e Esgoto.
- c) O valor da nota fiscal deverá ser igual ao valor total informado no relatório.
- d) O pagamento será realizado no último dia útil do mês do faturamento, estando em conformidade com todos os requisitos previstos neste termo e demais anexos.
- e) No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação de índice previsto em contrato a fim de correção monetária

9. DO REAJUSTE FINANCEIRO

- a) Os preços praticados no contrato são fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, nos termos da legislação que implantou o Plano Real.
- b) Ultrapassado o período de 12 (doze) meses da assinatura do contrato, será aplicado reajuste de preços calculado com base na variação acumulada do IPCA-E, abrangendo o período compreendido entre a data do orçamento estimado e a correspondente ao do implemento da anualidade, passando os valores corrigidos a vigorarem a partir do 13º (décimo terceiro) mês.
- c) Os reajustes concedidos, a partir da segunda anualidade, deverão ser calculados com base na variação acumulada do IPCA-E compreendendo os últimos doze meses contados da última concessão.
- d) Nos casos em que houver apuração de um total de beneficiários menor que 30 (trinta) vidas, será considerado o agrupamento de pool de risco, conforme RN Nº 565, DE 16/12/2022, para fins de reajuste anual do contrato.
- e) Para efeitos do disposto nesta cláusula, a CONTRATADA deverá pleitear o reajuste a ser calculado pela Comissão para Análise de Reajuste e Verificação do Equilíbrio Econômico-Financeiro dos contratos firmados pela Autarquia.

10. DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO (REAJUSTE TÉCNICO)

- a) Na hipótese de alterações econômicas fundamentais prevalentes durante a execução do contrato, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser estabelecida nos termos da Resolução Normativa nº 557/2022 e suas respectivas alterações ou outra nova que vier a substituí-la.
- b) O reajuste técnico será aplicável caso a sinistralidade do período de no mínimo 12 (doze) meses corridos e consecutivos, contados do início da vigência do contrato ou da última repactuação, ultrapassar os 70% (setenta por cento).
- c) O índice de sinistralidade, para efeito da revisão positiva da contraprestação pecuniária, será sempre o resultado da divisão total dos sinistros por data de atendimento pelo total de contraprestação pecuniária líquida cobrada durante o período de apuração.
- d) Se o índice de sinistralidade se situar acima de 70% (setenta por cento), a contraprestação pecuniária será reajustada, conforme a seguinte fórmula:

$\text{Índice de Sinistralidade (IS)} = \Sigma Sa : \Sigma Pp;$

$\text{Índice de Reajuste (IR)} = IS : 0,70;$

Legenda: 0,70 = Índice máximo de sinistralidade;

Sa = Sinistros apurados pela contratada no período analisado;

Pp = contraprestação pecuniária líquida paga à contratada no período analisado.

- e) Caberá à contratada a iniciativa revisional por reajuste técnico, cujo pedido deverá demonstrar analiticamente, a elevação dos custos da variação dos serviços médico hospitalares e dos insumos utilizados na prestação dos serviços.
- f) Por se tratar de primeira contratação, não temos indicadores de sinistralidade de períodos anteriores.
- g) A solicitação para restabelecimento da equação econômico-financeiro do contrato deverá ser feita mediante requerimento formal acompanhado de documentos que comprovem o desequilíbrio, protocolizadas no SEMAE.
- h) A documentação será encaminhada e analisada pela Comissão, constituída para esse fim.
- i) A Comissão, a qualquer tempo, poderá solicitar o fornecimento de novos documentos, entretanto caberá, à CONTRATADA, o ônus de comprovar a ocorrência do rompimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

j) O SEMAE terá o prazo de sessenta (60) dias para se manifestar sobre o pedido, a contar do primeiro dia útil subsequente à entrega de toda a documentação prevista neste item e de outras eventualmente solicitadas pela Comissão devendo, a CONTRATADA, continuar a cumprir suas obrigações até que o SEMAE delibere a respeito do pedido, sob pena de aplicação das penalidades previstas para inexecução do contrato.

k) Na hipótese de deferimento total ou parcial do pedido, os cálculos deverão ser efetuados a partir da data do pleito no protocolo do SEMAE ou de outra devidamente justificada pela Comissão e ratificada pela autoridade superior.

11. DAS PENALIDADES

a) Com fulcro na Lei nº. 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou contratados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

1. Advertência;
2. Multas compensatória e moratória;
3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Piracicaba; e
4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

b) A aplicação de multa de mora não impedirá que a Autarquia a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no item a).

c) As sanções previstas nos itens a).1, a).2 e a).3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa moratória.

d) A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

1. descumprimento de pequena relevância;
2. inexecução parcial de obrigação contratual.
3. Para os fins deste item, considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato, bem como não causem prejuízos à Autarquia.
4. A reincidência no descumprimento contratual, quanto ao mesmo fato que justificou a advertência, ensejará a aplicação de penalidade mais grave.
5. A sanção de multa moratória será aplicada em 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do contrato:

5.1. ante ao descumprimento de obrigação acessória definida nesse instrumento contratual, até o limite de 07 (sete) dias corridos, contados do dia subsequente ao vencimento do prazo previsto neste contrato para o cumprimento da obrigação, termo em que poderá ser considerado descumprimento total da obrigação;

5.2. ante ao descumprimento de obrigação trabalhista ou previdenciária, até o limite de 05 (cinco) dias, contados do dia subsequente ao vencimento do prazo previsto neste contrato para a apresentação da documentação comprobatória, termo em que poderá ser considerado descumprimento total da obrigação.

e) A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, observando-se os seguintes parâmetros:

1. 1% do valor estimado da contratação, para aquele que não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
2. 20% sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;
3. 20% sobre o valor contratado, em caso de:
 - 3.1. apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para a contratação ou durante a execução do contrato;
 - 3.2. prática de ato fraudulento na execução do contrato;
 - 3.3. comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
 - 3.4. prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
 - 3.5. prática de ato lesivo previsto no 5º, da Lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013.
 - 3.6. entrega do objeto fora das especificações contratadas;
 - 3.7. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Autarquia, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 3.8. dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

f) O valor da multa de mora ou compensatória aplicada será:

1. retido dos pagamentos devidos pela Autarquia, inclusive pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado;
2. descontado do valor da garantia prestada, se houver;
3. pago por meio de guia de recolhimento; ou
4. cobrado judicialmente.

g) Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Município de Piracicaba, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

1. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Autarquia, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: até dois anos.
2. dar causa à inexecução total do contrato: até três anos.
3. deixar de entregar a documentação exigida para a contratação: até 6 meses.
4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: até 6 meses.
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: até um ano.
6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: até um ano.

h) Constituem comportamentos que serão enquadrados no item g).3, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação:

1. deixar de entregar documentação exigida neste termo de referência;
2. entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências deste termo de referência;
3. fazer entrega parcial de documentação exigida neste termo de referência;
4. deixar de entregar documentação complementar exigida pelo SEMAE, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida neste termo de referência.

i) Considera-se a conduta do item g).5 como sendo o atraso que importe em consequências graves para o cumprimento das obrigações contratuais.

j) Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

1. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação ou durante a execução do contrato: até quatro anos.
2. fraudar o procedimento de contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: até seis anos.
3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: até cinco anos.
4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação: até seis anos.
5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: até seis anos.

k) A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº. 14.133, de 2021, e na Instrução Normativa nº. 18, de 2023.

l) Quando da aplicação de advertência, o contratado deve ser notificado formalmente que a reiteração de conduta punida ensejará a aplicação de penalidade mais severa.

m) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

n) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

o) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

p) Na aplicação da sanção de advertência e multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

q) A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir. Finda a instrução, o acusado poderá apresentar alegações finais em 15 (quinze) dias úteis, contados de sua intimação.

r) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Autarquia.

s) Na aplicação das sanções serão considerados:

1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
2. peculiaridades do caso concreto;
3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
4. os danos que dela provierem para o contratante;
5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

t) São circunstâncias agravantes:

1. a prática da infração com violação de dever inerente a cargo, ofício ou profissão;
 2. o conluio entre licitantes ou contratados para a prática da infração;
 3. a apresentação de documento falso no curso do processo administrativo de apuração de responsabilidade; e
 4. a reincidência.
- u)** Verifica-se a reincidência quando o acusado comete nova infração, depois de condenado definitivamente por idêntica infração anterior.
- v)** Não prevalece a condenação anterior, para fins de reincidência:
1. se entre a data da publicação da decisão definitiva dessa e a do cometimento da nova infração tiver decorrido prazo superior a 5 (cinco) anos;
 2. se tiver ocorrido a reabilitação em relação a infração anterior.
- w)** São circunstâncias atenuantes:
1. a primariedade;
 2. a conduta do contratado para evitar ou minorar as consequências da infração antes do julgamento;
 3. a reparação do dano antes do julgamento; e
 4. confessar a autoria da infração.
5. Considera-se primário aquele que não tenha sido condenado definitivamente por infração administrativa prevista em lei ou já tenha sido reabilitado.
- x)** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº. 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- y)** A personalidade jurídica do licitante poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Edital ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o licitante, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- z)** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- aa)** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- bb)** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12. DO RECEBIMENTO

- a)** O objeto deste contrato será recebido por servidor a ser designado para o ato do recebimento, da seguinte forma:
- b)** Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações, no prazo de até 03 (três) dias, a contar da entrega;
- c)** Definitivamente, após a verificação do atendimento às exigências contratuais e consequente aceitação, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento provisório.
- d)** O recebimento de que trata este item far-se-á mediante recibo.
- e)** Fica facultada à CONTRATADA a indicação de um representante para, conjuntamente, com o da CONTRATANTE, proceder ao recebimento do objeto do presente contrato.

13. DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES

As informações ou esclarecimentos serão fornecidos pela Divisão de Recursos Humanos, sito à Rua XV de Novembro, nº. 2200, nesta cidade ou pelo telefone (19) 3403-9655 ou pelo e-mail rh@semaepiracicaba.sp.gov.br.

14. GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto nº 19.671/2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117), sendo estes os(as) Srs. (Sras.):

f) Fiscal do contrato: Débora Leticia Estevam (Chefe do Setor de Recrutamento, Seleção e Desenvolvimento); Telefone (19) 3403-9655; e-mail: rh@semaepiracicaba.sp.gov.br

g) Gestor do contrato: Tais Helena Bueno de Oliveira (Chefe do Setor de Manutenção de Pessoal); Telefone (19) 3403-9655; e-mail: rh@semaepiracicaba.sp.gov.br.

h) A nomeação dos fiscais e gestores ocorrerá através de ATO do Senhor Presidente.

14. ANEXOS:

Faz(em) parte integrante e indissociável deste Termo de Referência, o(s) seguinte(s) anexo(s):

1. Anexo I ao IV
2. Estudo Técnico Preliminar | Versão 12.2023
3. Pesquisa de Preços

Piracicaba, data da assinatura digital

Liliane Almeida Silva
Chefe da Divisão de Recursos Humanos

ANEXO I

MODELO DE PROPOSTA

EMPRESA:

Razão Social:

C.N.P.J.:

Endereço:

Telefone:

Email Comercial:

Porte: () Microempresa () Empresa de Pequeno Porte () Outros

Item	Quant.	Unid.	Descritivo	Valor da Mensalidade (R\$)
01	01	Serv	Mensalidade independente da faixa etária	

DADOS BANCÁRIOS PARA FINS DE PAGAMENTO:

Banco:

Nº da Agência:

Nº Conta Corrente

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA QUE ASSINARÁ, CONTRATO OU TERMO EQUIVALENTE;

Nome:

CPF:

RG:

Nacionalidade:

Estado Civil:

Endereço residencial:

Profissão:

Cargo que ocupa na empresa:

(Cidade), ____ de _____ de ____

Assinatura e identificação do representante legal

ANEXO II

MODELO VALORES DE COPARTICIPAÇÃO

EMPRESA:

Razão Social:

C.N.P.J.:

Endereço:

Telefone:

Email Comercial:

Porte: () Microempresa () Empresa de Pequeno Porte () Outros

Item	Especificações	Fator Moderador	Valor unitário
02	2º via de cartão/credencial atendimento	-----	R\$
03	Consulta médica eletiva	-----	R\$
04	Exames clínicos básicos	%	Limitado à R\$
05	Exames clínicos especiais	%	Limitado à R\$
06	Oxigenioterapia hiperbárica	%	Limitado à R\$
07	Internações Psiquiátricas, após 30º dia de internação	%	Limitado à R\$
08	Acupuntura por aplicação	%	Limitado à R\$

(Cidade), ____ de _____ de ____

Assinatura e identificação do representante legal

ANEXO III

=====

MODELO LISTA DE REDE CREDENCIADA

=====

EMPRESA:

Razão Social:

C.N.P.J.:

Endereço:

Telefone:

Email Comercial:

Porte: () Microempresa () Empresa de Pequeno Porte () Outros

A lista deverá conter a razão social ou nome fantasia (se houver) e localização das redes credenciadas, assim como localização, nomes dos profissionais já credenciados e ativos e seus respectivos registros no Conselho.

(Cidade), ____ de _____ de ____

Assinatura e identificação do representante legal

ANEXO IV - DESCRITIVO TÉCNICO

Objeto: contratação de empresa, operadora ou cooperativa, com registro na ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, especializada na prestação de serviços regulares e continuados na área de assistência médica, para a prestação/coertura de serviços médico-hospitalares, na segmentação ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, exames laboratoriais e demais serviços de apoio diagnóstico, inclusive medicina preventiva, na acomodação em quarto coletivo com banheiro privativo, aos servidores públicos ativos, efetivos ou comissionados do Serviço Municipal de Água e Esgoto de Piracicaba/SP e seus dependentes, por meio de rede credenciada/referenciada, livremente escolhidos, com composição mínima de 100% (cem por cento) das especialidades reconhecidas pelo CFM – Conselho Federal de Medicina, englobando a Atenção Primária e Especializada, com atuação na cidade de Piracicaba/SP, e ressarcimento/reembolso quando não houver rede assistencial (credenciado/referenciado/congêneres), com cobertura emergencial e de urgência, em conformidade com a Lei Federal 9.656/98 e demais regulamentações complementares.

Emergência: situação em que haja risco imediato de vida ou de lesões irreparáveis para o paciente, caracterizado por declaração do médico assistente.

Urgência: situação em que há necessidade de atendimento imediato, resultantes de acidentes pessoais ou de complicações no processo gestacional.

A Rede Credenciada deve atender, no mínimo:

REDE / SERVIÇO	QUANTIDADE	Observações
HOSPITAIS MÉDIA E/OU ALTA COMPLEXIDADE	Mínimo 01 situado no Município de Piracicaba/SP	
Unidade de Pronto Atendimento / Pronto-Socorro	Mínimo 01 situado no Município de Piracicaba/SP	
Unidade de Terapia Intensiva	Mínimo de 01 situado no Município de Piracicaba/SP	
Laboratórios de análises Clínicas	Mínimo de 02 situados no Município de Piracicaba/SP	
Clínicas para Exames de Imagem e auxiliares Diagnóstico	Mínimo de 02 situados no Município de Piracicaba/SP	Como: radiologia, ultrassonografia, (inclusive gestacional), tomografia, ressonância magnética, mamografia, fisiológico, patológico, anatomia, cintilograma, densitometria óssea, ecocardiograma, endoscopia, colonoscopia, eletrocardiograma, eletroencefalograma, testes ergométricos, testes funcionais, gestacional
Especialidades da Atenção Básica	Mínimo 05 profissionais para cada especialidade em Piracicaba/SP	Especialidades como: clínica geral, clínica médica, pediatria, ginecologia e obstetrícia.
Especialidade de média e alta complexidade	Mínimo de 05 profissionais para cada especialidade em Piracicaba/SP	Especialidades como: cardiologia, dermatologia, endocrinologia, pneumologia, otorrinolaringologia, gastroenterologia, oncologia, ortopedia e traumatologia, oftalmologia e urologia.
Especialidade de média e alta complexidade	Mínimo de 05 profissionais para cada especialidade em Piracicaba/SP	Especialidades como: anesthesiologia, geriatria, infectologia, Neurologia, psicologia, psiquiatria, fisioterapia, nutricionista e fonoaudiologia.
Especialidade de média e alta Complexidade	Mínimo de 05 profissionais para cada especialidade em Piracicaba/SP	Cirurgias: Geral, do Aparelho Digestivo, Torácica, Pediátrica, Plástica reparadora, Vascular, Ortopédica, buco-maxilo-facial, Neurocirurgia.
Especialidade de média e alta Complexidade	Mínimo de 05 profissionais para cada especialidade em Piracicaba/SP	Especialidades como: alergia e imunologia, angiologia, hematologia, mastologia, homeopatia, reumatologia, nefrologia, proctologia, medicina do trabalho.

I. DOS BENEFICIÁRIOS

Para que os beneficiários sejam aderidos ao plano sem carência, o contrato inicial deverá possuir pelo menos 30 (trinta) vidas. Caso não ocorra, deverão ser respeitados os prazos de carência regulamentados pela Lei Federal nº. 9.656/98.

Poderão aderir todos os servidores ativos, efetivos ou comissionados, que por livre e espontânea vontade manifestarem interesse, mediante a entrega de cópias dos documentos pessoais comprobatórios, inclusive os relacionados aos seus dependentes, com exceção dos agentes políticos.

Os servidores da Autarquia terão 60 (sessenta) dias corridos e consecutivos, contados da data da emissão da ordem de serviço referente ao contrato para aderir ao plano contratado, sob pena de perder o benefício da carência.

Os novos servidores, contratados ao longo da vigência contratual, tem 30 (trinta) dias contados da data da sua admissão para aderir ao plano sem carência.

Para os dependentes incluídos no decorrer da vigência do contrato, a cobertura será sem carência, desde que respeitado o prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos e consecutivos do nascimento, adoção, casamento, declaração de união estável ou evento similar, nos termos da legislação vigente e condicionado à entrega da documentação devida pelo respectivo titular.

Consideram-se dependentes:

I - cônjuge, companheiro ou companheira;

II - filhos de qualquer condição, menores de 24 (vinte e quatro) anos incompletos, ou comprovadamente inválidos de qualquer idade;

III - menor que, por determinação judicial, se ache sob a guarda ou tutela do beneficiário titular;

IV - enteados ou enteadas, menores de 24 (vinte e quatro) anos incompletos, ou comprovadamente inválidos, desde que dependam financeiramente do titular.

Não será permitida a inclusão de agregados e dependentes indiretos (mães, pais, avós, netos, primos).

A comprovação de dependência será efetuada mediante a apresentação de documentos legais pertinentes, tais como certidão de casamento, registro de nascimento, termo judicial de guarda ou tutela, autorização judicial e, na hipótese de companheiro ou companheira, declaração do beneficiário titular ou declaração de união estável.

A comprovação de dependência financeira far-se-á mediante declaração expressa do beneficiário titular e/ou cópia da declaração de imposto de renda pessoa física do ano-base imediatamente anterior, reservando-se a futura contratante o direito de promover verificações sobre sua veracidade.

O atestado de invalidez deverá ser fornecido pelo INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social ou outro órgão oficial equivalente.

Os servidores que perderem o prazo para a adesão ao plano de saúde contratado, poderão fazê-lo posteriormente, se for do seu interesse, porém, deverão respeitar os prazos de carência regulamentados pela Lei Federal 9.656/98.

Incorre em falta grave o beneficiário titular que prestar informações incorretas ou falsas, visando beneficiar-se da assistência concedida, respondendo civil e criminalmente pelos seus atos.

Em caso de morte do titular, seus dependentes gozarão da condição de beneficiários pelo período de no mínimo 06 (seis) meses corridos e consecutivos, contados da data do falecimento, desde que assumam o seu pagamento integral, o conforme Art. 8º da Resolução Normativa nº. 488/2022.

As inclusões e exclusões de beneficiários serão processadas ao final de cada mês, passando a vigorar a partir do primeiro dia útil do mês subsequente, mediante a entrega dos respectivos documentos comprobatórios e, no caso de exclusão, a devolução dos respectivos cartões/credenciais.

Na inclusão de novos beneficiários, nos primeiros 10 (dez) dias corridos e consecutivos após o envio da documentação pertinente, a contratada deverá providenciar a emissão dos cartões/credenciais físicos de identificação, bem como o envio do livreto com o guia médico/corpo clínico e a rede básica de atendimento, impresso ou digital.

Em toda exclusão de beneficiário, a contratante obriga-se a solicitar a devolução dos respectivos cartões/credenciais. Não sendo possível, o beneficiário titular assinará uma declaração de responsabilidade sobre o uso indevido das mesmas.

a) Da exclusão do plano de saúde de beneficiários titulares:

Por morte;

Por exoneração ou demissão, com ou sem justa causa, exceto se houver opção de permanência pelo titular, nos termos da Resolução Normativa RN 488/22 e suas futuras alterações;

Por licença ou afastamento, sem remuneração, exceto se houver opção de permanência pelo titular, que deverá arcar integralmente com os custos das mensalidades;

Por estar à disposição de outro órgão, sem ônus para a Autarquia, conforme o caso, exceto se houver opção de permanência pelo titular;

Por aposentadoria, exceto se houver opção de permanência pelo titular, nos termos da Resolução Normativa RN 488/22 e suas futuras alterações;

Por solicitação de desligamento do plano de saúde protocolizada junto a Divisão de Recursos Humanos;

Por fraude ou não pagamento de mensalidade.

b) Da exclusão do plano de saúde de beneficiários dependentes:

Para o cônjuge, pela separação judicial, divórcio, anulação do casamento ou alteração da situação de dependência financeira;

Para o companheiro ou companheira, com a dissolução da união ou com a alteração da situação de dependência financeira;

Para os filhos ou filhas de qualquer condição, enteados ou enteadas, tutelados ou tuteladas, ao completarem 24 (vinte e quatro) anos.

Para o menor sob guarda, pela cessação da tutela ou guarda;

Para os dependentes em geral, pelo falecimento, matrimônio, ou perda da condição de beneficiário titular, por aquele de quem dependam.

II. DA IMPLANTAÇÃO:

A contratada deverá dispor de ao menos (01) um representante durante a implantação, na Autarquia, Rua XV de Novembro, nº. 2.200, Bairro Alto, Piracicaba - SP, 13417-100, por um prazo de 60 (sessenta) dias, para oferecer todo o suporte e, posteriormente, na manutenção e gerenciamento do plano, oferecendo um canal de comunicação contínuo durante a vigência do contrato, de segunda-feira à sexta-feira das 8h às 17h.

Os cartões/credenciais deverão ser confeccionados e entregues sem custo adicional nas quantidades solicitadas pela contratada diretamente na Divisão de Recursos Humanos, em até 10 (dez) dias corridos e consecutivos, contados da assinatura do contrato.

Os cartões/credenciais deverão estar embalados individualmente e com identificação nominal.

As informações cadastrais dos servidores serão fornecidas à contratada pela Autarquia, conforme caso, em meio magnético, conforme layout de arquivos previamente definidos em comum acordo, na data de assinatura do contrato.

A contratada deverá fornecer a contratante, um manual para esclarecimento de dúvidas sobre a utilização da rede assistencial (credenciada/referenciada/congêneres), para orientação dos beneficiários titulares do plano.

Em caso de furto, roubo, perda, extravio ou imperfeições no cartão/credencial de atendimento, a contratada terá o prazo de até 10 (dez) dias corridos e consecutivos para confeccionar e entregar outro ao beneficiário, podendo cobrar o custo de reposição definido na licitação.

A contratada deverá possuir uma Central de Atendimento (preferencialmente com ligação gratuita padrão 0800, nos termos da Resolução Normativa nº. 395/2016, que prevê regras para disponibilidade de atendimento por parte das operadoras de acordo com o seu porte, funcionando 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados, com pessoas habilitadas para informar sobre locais para a realização de exame laboratorial especializado ou complementar, não constantes no livro da rede credenciada/referenciada, atendimento de urgência e/ou emergência em pronto-socorro ou hospital, autorização para a realização de procedimentos cirúrgicos em hospitais, consultórios/ambulatorios e clínicas, internação eletiva de urgência e/ou emergência, serviços de remoção em unidades móveis equipadas nos padrões simples ou UTI, reembolso, nos termos da Resolução Normativa nº. 566/2022, de despesas com a realização de procedimentos dos serviços garantidos no contrato, quando realizados em atendimento de emergência ou urgência, quando não for possível a utilização de serviço próprio, rede credenciada/referenciada ou das congêneres.

Quando se fizer necessária a autorização prévia para a realização de procedimento, e desde que corretamente solicitado pelo médico assistente, a liberação deverá ocorrer de acordo com os prazos previstos no artigo 3º da Resolução Normativa nº. 566/2022, e suas futuras alterações.

A contratada deverá disponibilizar e manter atualizada para consulta “on line”, rede credenciada e outras informações relevantes em portal da operadora, possibilitando o acesso dos beneficiários através da rede mundial de computadores.

III. DA COBERTURA DOS SERVIÇOS:

Cobertura e custeio de atendimento em rede assistencial obrigatoriamente (credenciada ou cooperada), sem carência, na cidade de Piracicaba/SP, dos seguintes serviços:

- a) Assistência médica de rotina, de emergência ou de urgência, inclusive acidentes de trabalho, em consultórios, hospitais, prontos-socorros, clínicas médicas ou ambulatórios livremente escolhidos, nas patologias reconhecidas pela Classificação Estatística Internacional de Doenças (CID) e de Problemas Relacionados com a Saúde, da OMS - Organização Mundial da Saúde ou outra classificação que venha a substituí-la, no decorrer da vigência do contrato, em conformidade com a Lei Federal nº. 9.656/1998, com as alterações posteriores e demais regulamentações complementares, mediante a apresentação da credencial do plano de saúde e um documento de identificação;
- b) Consultas eletivas em consultórios, clínicas e ambulatórios especializados, em número ilimitado; cirurgias, partos e procedimentos médicos de pequeno porte, exames laboratoriais e serviços de apoio diagnóstico, tratamento e demais procedimentos ambulatoriais, solicitados pelo médico assistente, nas especialidades reconhecidas pelo CFM - Conselho Federal de Medicina;
- c) Os exames auxiliares de diagnósticos cobertos pelo rol publicado pelo Ministério da Saúde são os seguintes: análises clínicas, anatomia patológica, cintilograma, densitometria óssea, eco cardiograma, mamografia, hemoterapia, endoscopia, eletrocardiograma, eletroencefalograma, radiologia, ressonância magnética, fisioterapia, testes ergométricos, testes funcionais, tomografia computadorizada, ultrassonografia, ultrassonografia gestacional, dentre outros;
- d) Os procedimentos determinados pela Lei Federal nº. 9.656/1998 são os seguintes: quimioterapia, radioterapia, hemodiálise, próteses, órteses, sínteses ligadas ao ato cirúrgico, transplante de rins e córneas, cirurgia de miopia acima de cinco graus, valvopatias, coronariopatias, implantação de marca passo, hemodinâmica, bem como todos os demais serviços básicos necessários, com expressa exceção (exclusão) do transplante cardíaco e despesas com doadores.
- e) Transplantes e implantes previstos na Lei Federal nº. 9.656/1998;

Hospitalização:

- a) Diárias de hospitalização;
- b) Alimentação com serviços dietéticos;
- c) Taxas de internação, de sala de operação cirúrgica, de parto ou gesso, materiais, (inclusive próteses ligadas a atos cirúrgicos) e medicamentos utilizados;
- d) Serviços gerais de enfermagem;
- e) Todos os exames laboratoriais, especializados ou complementares necessários para o diagnóstico de conformidade com a Lei Federal nº 9.656/1998 e de acordo com o rol de Procedimentos Médicos estabelecidos pela Resolução Normativa nº. 465/2021, ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, e suas futuras alterações ou outra que vier a substituí-la;
- f) Serviços de instrumentador, em operação cirúrgica e/ou parto;
- g) Medicamentos, anestésicos, oxigênio, transfusão de sangue e seus derivados, bem como todo o material hospitalar que se fizer necessário durante o período de internação.

Serviços auxiliares: todos os serviços auxiliares (avaliação e tratamento) reconhecidos como tal pela Lei Federal 9.656/1998 e nas resoluções que a regulamentam, durante a vigência do contrato, inclusive os, a seguir, especificados: litotripsia; implantação de marca-passo ou substituição de geradores; tratamento de hepatite.

Remoção: em unidades móveis devidamente equipadas, nos padrões simples ou UTI, motivada por evento coberto pelo contrato e efetuada, via terrestre, para unidade hospitalar credenciada/referenciada em condições de prestar a continuidade do atendimento, quando solicitada e justificada pelo médico assistente.

Atendimento em saúde mental e dependência química: cobertura das despesas no tratamento de todos os transtornos psiquiátricos codificados na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à saúde, conforme estabelecido na Resolução Normativa nº. 465/2021, da Agência Nacional de Saúde Suplementar e suas futuras alterações ou outra que vier a substituí-la.

Serviços não cobertos:

- a) Tratamentos clínicos e cirúrgicos experimentais;
- b) Procedimentos clínicos e cirúrgicos para fins estéticos;
- c) Inseminação artificial e procedimentos ligados à reprodução humana (vasectomia, laqueaduras, dispositivos anticoncepcionais, fertilizações in vitro, exames pré-nupciais e provas de paternidade);
- d) Tratamentos de rejuvenescimento ou de emagrecimento com fim estético;
- e) Fornecimento de medicamentos importados não nacionalizados;
- f) Fornecimento de órteses e próteses e seus acessórios, salvo quando ligados ao ato cirúrgico;
- g) Tratamento em SPAS, clínicas de repouso, estâncias hidrominerais, clínicas de idosos e internações de casos sociais;
- h) A especialidade de odontologia, salvo a cirurgia buco-maxilar;
- i) Tratamentos ilícitos ou antiéticos, assim definidos sob o aspecto legal e/ou médico, ou não reconhecidos pelas autoridades competentes;
- j) Nas internações hospitalares, as dietas e os produtos não prescritos pelo médico assistente, enfermagem em caráter privado, produtos de higiene e de toalete e serviços extraordinários não relacionados com o tratamento.

IV. DA REDE ASSISTENCIAL (CREDENCIADA, COOPERADA):

A futura contratada deverá apresentar, como condição para a contratação, e manter durante o período de vigência do contrato da rede assistencial (credenciados/referenciados/congêneres) para pronto atendimento e internação na cidade e região de Piracicaba/SP, com número de leitos em UTI compatíveis a carteira existente mais a estimativa de vidas apresentada para este contrato.

A futura contratada deverá apresentar e manter, como condição para a contratação, a relação de laboratórios da rede assistencial (credenciados/referenciados/congêneres) para prestação de serviços auxiliares de diagnóstico na cidade de Piracicaba/SP e região.

Na ocorrência de credenciamento de qualquer prestador de serviços, a contratada deverá proceder à substituição, com a devida formalização a Autarquia.

Na impossibilidade da substituição prevista no item anterior, devidamente justificada, a contratada poderá propor outro estabelecimento, desde que com anuência prévia da Autarquia, sob pena de rescisão do contrato, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

A contratada deverá disponibilizar e manter em pleno funcionamento, durante toda a vigência do contrato, a rede credenciada/referenciada, observada a quantidade mínima exigida no Edital de estabelecimentos e suas respectivas localizações definidas.

A contratada deverá comunicar imediatamente a contratante qualquer alteração na rede credenciada/referenciada.

A contratada poderá disponibilizar no Município de Piracicaba/SP, um ambulatório para atendimento aos usuários de acordo com as normas da ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar pelo sistema de “horário previamente agendado”, com atendimento de acordo com a demanda que surgir, disponibilizando no mínimo as seguintes especialidades médicas: pediatria; clínica médica; ginecologia e obstetrícia; ortopedia; cirurgia geral; oftalmologia; cardiologia; otorrinolaringologia; dermatologia.

V. DOS RELATÓRIOS GERENCIAIS DE ACOMPANHAMENTO:

A contratada deverá enviar até o dia 10 (dez) do mês subsequente à utilização dos serviços, os seguintes relatórios:

- a) Relatório operacional com a movimentação cadastral, emissões de cartões de identificação, reembolso, autorizações prévias, credenciamento e descredenciamento e outros;
- b) Relatório estatístico de utilização dos serviços discriminados por grupo familiar e por tipo de evento (consulta, exame, internação);
- c) Relatório de gestão de riscos com indicadores comumente aceitos para a utilização dos serviços e os desvios apresentados, análise dos graus de risco da população ativa e cadastrada, e quais as ações que serão desenvolvidas para minimizá-los.

VI. DA PESQUISA DE SATISFAÇÃO E AÇÕES PREVENTIVAS:

Semestralmente será realizada pesquisa de satisfação junto aos beneficiários que será enviada à contratada para conhecimento e providências, se for o caso.

Uma vez em posse do resultado da pesquisa semestral, a contratada deverá se manifestar em até 15 (quinze) dias corridos e consecutivos, ocasião em que, sendo o caso, elencará as providências que serão tomadas, bem como o prazo necessário.

A constatação comprovada e reiterada de insatisfação do grupo de beneficiários poderá suscitar a rescisão do contrato.

8. DA DISTRIBUIÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS POR FAIXA ETÁRIA - ESTIMATIVA:

O número estimado de beneficiários da Autarquia (somente servidores públicos) é de 498 (quatrocentos e noventa e oito) vidas, com localização na cidade de Piracicaba/SP.

A tabela a seguir, com as respectivas faixas etárias, poderá sofrer alterações, até o início da vigência do contrato e ou durante a vigência do contrato, em decorrência da dinâmica do quadro de servidores em razão de aposentadoria/exoneração e admissões:

FAIXAS ETÁRIAS	NUMERO DE VIDAS	GÊNERO FEMININO	GÊNERO MASCULINO
00-18	0	0	0
19-23	9	5	4
24-28	26	8	18
29-33	48	15	33
34-38	58	17	41
39-43	77	10	67
44-48	72	15	57
49-53	70	13	57
54-58	76	8	68
Acima 59	62	5	57
TOTAL	498	96	402



Assinaturas do documento



"TERMO DE REFERENCIA_VERSAO 12.2023.1"

Código para verificação: **7NZ7G7TF**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários:



LILIANE ALMEIDA SILVA (CPF: 223.XXX.718-XX)

Emitido por: "SolarBPM", emitido em 18/07/2023 - 08:47:30 e válido até 18/07/2123 - 08:47:30.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link

<https://sempapel.piracicaba.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos> e informe o processo **SEMAE**

2023/526462 e o código **7NZ7G7TF** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.